

ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 25-9-2019.

---

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alvoní Medina, André Carús, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Eng<sup>o</sup> Comassetto, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 017.00094/2019-29, informando Representação Externa de Mônica Leal, do dia vinte e quatro ao dia vinte e oito de setembro do corrente, no Seminário Nacional sobre a Contribuição dos Legislativos Municipais a Projetos de Sustentabilidade dos Centros Urbanos Brasileiros, no Rio de Janeiro – RJ. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 875 e 877/19, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 321/17 (Processo nº 2918/17) e o Projeto de Lei do Executivo nº 019/19 (Processo nº 0489/19). Durante a sessão, foram aprovadas as Atas da Sexta, Sétima, Oitava, Nona, Décima, Décima Primeira e Décima Segunda Sessões Solenes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Paulo Brum, Airto Ferronato, Eng<sup>o</sup> Comassetto, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Aldacir Oliboni, Felipe Camozzato, Mauro Pinheiro, Prof. Alex Fraga e Cláudio Janta. Em continuidade, foi realizada a chamada para ingresso na Ordem do Dia, sendo constatada a inexistência de quórum deliberativo. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 116/18; em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 009, 013, 019 e 022/19, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 087, 092, 118, 131, 135, 162, 177 e 192/19 e o Projeto de Resolução nº 022/19. Durante a sessão, foram registradas as presenças de estudantes e educadores do Centro Social Marista Santa Isabel, participando do Projeto de Educação Política desenvolvido pela Seção de Memorial deste Legislativo. Às quinze horas e vinte e oito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell e Reginaldo Pujol e secretariados por Mendes Ribeiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

---

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Paulo Brum está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PAULO BRUM (PTB):** Sr. Presidente Reginaldo Pujol, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero cumprimentar e registrar a presença do caro amigo Nelson Kalil, presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência aqui da nossa capital, Comdepa; a presença do amigo Sr. Jorge Brasil, nosso diretor de acessibilidade e inclusão social da das pessoas com deficiência também aqui de Porto Alegre; quero registrar a presença e uma saudação ao Sr. Vanderlei Pinto Pereira, vice-presidente da AAPPAD, e com ele se encontra presente também o Luciano, secretário da AAPPAD. Dar um abraço ao Sr. Júlio Cesar, nosso presidente AAPPAD, que se encontra também representando a nossa AAPPAD, nesta data, em outros eventos. Hoje, comemora-se o Dia Internacional das Ataxias, portanto, estou utilizando este espaço para fazer esse registro da importância de nós reverenciarmos e falarmos dessa doença rara, que dificulta que as pessoas possam ter uma vida plena. Mas graças à interferência da AAPPAD, muitas pessoas conseguem ter acesso aos direitos que necessitam. A AAPPAD é a Associação dos Amigos, Parentes e Portadores de Ataxias Dominantes. É uma entidade que presta um relevante trabalho de assistência, de apoio para as doenças com essa doença. A AAPPAD tem a sua atuação a nível de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e me informa o Sr. Luciano que a AAPPAD dá também orientação para todo o Brasil. Então, parabéns à AAPPAD, que, este ano, estará completando 15 anos de fundação aqui na nossa capital.

O que é ataxia? Ataxia, na verdade, significa a incapacidade de coordenação de movimentos voluntários; na medicina, é considerada uma doença degenerativa do sistema nervoso central, ocasionada por alterações genéticas generalizadas. A condição das ataxias subdivide-se em hereditárias ou adquiridas. Nas ataxias adquiridas, as pessoas não têm histórico familiar, pois não há componente genético envolvido. A causa, portanto, advém de traumas na cabeça, como AVC, paralisia cerebral, etc. Já nas ataxias hereditárias, ao contrário, elas podem ser transmitidas para a geração seguinte e classificam-se em recessivas ou dominantes. A herança é considerada recessiva quando as pessoas recebem a mutação nos dois alelos do mesmo gênero, um da mãe e outro do pai. Na ataxia dominante, a transmissão se efetiva e a condição se manifesta, basta que um dos pais seja o portador da manutenção genética.

Sr. Presidente, agradeço por este tempo para que nós possamos fazer esta referência e deixar registrado nos anais da nossa Casa que hoje nós comemoramos – não, não vamos comemorar –, queremos dar este grito de alerta: as pessoas acometidas por ataxias precisam, sim, de mais apoio e de mais atenção dos poderes públicos. Hoje, dia 25 de setembro, é o Dia Internacional da Conscientização da Ataxia, e nós, em breve, estaremos também protocolando um projeto, um PL, para instituímos, em Porto Alegre, o Dia Municipal de Conscientização da Ataxia. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Presidente e amigo Ver. Pujol, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; participei ontem de uma assembleia aqui, Ver. Oliboni, na Câmara, com os guardadores de automóveis da cidade de Porto Alegre. Eles fizeram uma reunião aqui, na Câmara, Ver. Paulinho, preocupados com o projeto do prefeito que propõe a extinção da atividade de guardador. Muito antes, em 2010, apresentei um projeto regulamentando a atividade dos guardadores em Porto Alegre. Na década de 1980, eu comprei um automóvel zero-quilômetro; quatro dias depois, me roubaram o carro, nunca mais apareceu. Eu tenho absoluta certeza que, se lá tivesse tido guardadores de automóveis, não teriam roubado o meu carro. Por isso, eu acredito na atividade do guardador. E nós precisamos distinguir o que é o guardador, uma atividade regular, autorizada e reconhecida em nível de País, existe lei federal nesse sentido, do que é o flanelinha, que é aquele que atende, que vai dizer que vai cuidar carro e nunca cuida. Portanto, precisa haver essa distinção. Em 2010, apresentei um projeto regulamentando, ele foi aprovado, o prefeito, à época, vetou, e a Câmara derrubou o veto. Agora apresento, mais uma vez, um projeto praticamente igual antes da chegada aqui do atual projeto do prefeito. O projeto do Executivo, no art. 1º, diz que fica proibida a atividade de guardador, entre aspas, flanelinha, no Município de Porto Alegre. Está errada a redação do projeto, a primeira coisa. Flanelinha é uma coisa, guardador de automóvel é uma atividade regular. Não existe lei de deputado, de senador, de prefeito ou de vereador que venha a extinguir atividades profissionais, isso é inconstitucional. Sem nenhuma dúvida, o projeto de lei do Executivo é inconstitucional, porque pretende eliminar, proibir uma atividade legal no Município de Porto Alegre. É impossível. Se pode proibir a atividade de guardador, por que não vão, daqui a pouco, proibir a atividade de contador, eu sou contador; de motorista, meu querido Paulinho; de advogado? Não pode.

Portanto, nós estamos aqui para alertar que temos um projeto em tramitação que regulamenta a atividade, e esse projeto espero que seja olhado com toda a atenção de todos, porque ele vai fazer uma distinção: permite a atividade do guardador devidamente credenciado e proíbe a atividade do flanelinha, não credenciado. Se alguma pessoa quer ser guardador, tem que seguir os trâmites do projeto, que, mais uma vez, estou apresentando na cidade de Porto Alegre. Acredito que é um erro político, é um erro humano, daqui a pouco vai se dizer: “Tu não trabalhas mais, porque é proibido”. Vou lembrar que, alguns anos atrás, quando se encerrou a atividade de carrinheiro ou de carroceiro, uma das propostas aprovadas foi de que aqueles carrinheiros e carroceiros fizessem curso para ingressar na atividade de guardador de automóveis. Esses cursos, inclusive, foram feitos, foram elaborados. Eu já ouvi vereador se manifestando: “Eu sou favorável a terminar com os flanelinhas de Porto Alegre”. Eu também sou, mas os flanelinhas; flanelinha não tem nada a ver com o guardador de automóvel, que é gente muito boa, séria e que merece um olhar atento para regularizá-lo. Agora, àqueles que tomam um monte de cachaça e dizem que vão cuidar os carros, mas riscam os carros, todos nós somos contra. Agora, a profissão de guardador merece o meu respeito, e espero que mereça o respeito de todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Prezado Ver. Pujol, que preside a sessão nesta tarde; meus colegas vereadores e vereadoras; prezados senhoras e senhores. Quero cumprimentar todos os que nos ouvem, cumprimentar os nossos visitantes que estão aqui no plenário, e trazer um forte abraço, particularmente, ao meu amigo Maurênio Ramos, que muito contribuiu para os debates da Cidade, principalmente, na região sul e extremo sul, onde ajudou a construir o Templo da Tala, entre outros. Quero aqui voltar ao tema da insegurança e da incerteza que a Cidade está vivendo na saúde. Convido todos os colegas vereadores, de todos os partidos, para que possamos dar continuidade à audiência pública que aconteceu aqui na Casa, na segunda-feira. A audiência pública apontou, com clareza, que nesse momento a extinção do IMESF – Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família – é um retrocesso para a cidade de Porto Alegre. A nossa conclamação aqui é em direção ao prefeito municipal. O prefeito municipal precisa acompanhar esta Casa, constituir o diálogo e não demitir, não deixar sem trabalho os 1.480 trabalhadores da saúde da família, neste momento.

Dizendo isso, eu gostaria de reafirmar aqui, Ver. Cláudio Janta, que os responsáveis pela situação em que se encontra a cidade de Porto Alegre não são as entidades sindicais que entraram na justiça dizendo que esse projeto do IMESF é inconstitucional, muito menos os dez vereadores que votaram aqui, em 2011, mais precisamente no dia 14 de fevereiro de 2011, aqui desta tribuna: eu, Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Maria Celeste, Carlos Todeschini, Pedro Ruas, Fernanda Melchionna, Aírto Ferronato e o atual líder do governo, Mauro Pinheiro. Votamos contra o projeto porque dizíamos: “Este projeto é inconstitucional; este projeto vai trazer problemas para a cidade de Porto Alegre; este projeto não para de pé”. E aí foi para a justiça. Saiu a decisão em 2012, em primeira instância. Em 2012! Nós estamos em 2019, 7 anos depois e o Executivo não aceitou a decisão da justiça, dizendo que era irregular e inconstitucional; foi para a segunda instância, perdeu novamente; foi para a terceira instância, perdeu novamente, e, agora, diz, simplesmente, o seguinte: “Vou privatizar, vou terceirizar, vou entregar para a iniciativa privada”. Não, não é esse o papel do Executivo municipal, nós estamos falando aqui de saúde pública, estrutura de saúde pública, portanto, são aqueles que precisam ter não só a direção do Estado, não só a proteção do Estado, não só a segurança do Estado, como também eles têm que ter todo o amparo da sociedade, porque...

Quero dizer o seguinte: são eles que estão lá no Extremo-Sul, lá no Beco do Cego; lá na Zona Norte, no Rubem Berta; que estão lá na entrada da cidade, nas vilas irregulares, levando medicamento para aquelas pessoas que não podem se locomover. Portanto, Ver. Carús, quero cumprimentar por convocar aqui, junto com a Casa, a audiência pública de segunda-feira. Entendo que essa é a responsabilidade desta Casa, de construir uma mediação, analisar os projetos de lei...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** ...Neste minuto, eu quero ler uma frase que eu disse nesta tribuna no dia 14 de fevereiro de 2011: “Não podemos, neste momento, permitir que o Executivo erre de novo, porque, aqui desta tribuna, o ex-secretário falecido Eliseu Santos ouviu da nossa bancada que ele não deveria contratar o Instituto Sollus, porque iria dar problema. Não levou isso em consideração e deu no que deu: ele foi morto. Quase R\$ 10 milhões foram desviados da saúde”. Aqui desta tribuna o ex-secretário disse que ia mandar um projeto para fazer concurso público, Ver. Carús – isso em 2007 –, e até hoje nós estamos com o mesmo problema. Então, neste momento, nós não podemos errar de novo. Vamos construir uma mesa a partir da Casa com todas as opiniões e construir um consenso, não demitindo o funcionalismo, e, ao mesmo tempo, garantindo a saúde pública de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Ver. Reginaldo Pujol, Presidente; demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias e TVCâmara, venho aqui hoje para falar de um evento de que Vossa Excelência participou comigo ontem, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sobre o anúncio oficial da nossa Diretora da Carris, Helen; tivemos uma solenidade no Paço, junto com o Prefeito e demais secretários, para anunciar algumas notícias boas para a cidade de Porto Alegre, e uma delas não nos surpreendeu, porque, quem acompanha o dia a dia da Carris e do bom trabalho – eu quero aqui deixar registrado – da presidente da Carris, Helen e sua equipe, à frente da Carris. A Carris é uma empresa que, historicamente, vem dando prejuízo à cidade de Porto Alegre e, ontem, a nossa presidente anunciou que a Carris, desde 2012, vinha acumulando prejuízos e que, neste ano, no mês de agosto, a Carris teve um superávit na sua operação. Não no montante, mas na operação a Carris, desde 2012, não tinha uma operação de superávit e este ano ela conseguiu alcançar, Ver. Reginaldo Pujol. Muito nos orgulha do trabalho que está sendo feito pela presidente Helen e toda a sua equipe e deixo aqui o registro parabenizando o trabalho que tem sido feito na Carris.

Além disso, também, ontem foi encaminhado na Prefeitura Municipal e protocolado aqui na Câmara um pedido de autorização para se contratar um financiamento pela Carris de 4,9 milhões de reais. A Carris está buscando, já está com as negociações aprovadas junto à Caixa Econômica Federal. Então, com esse pedido do Executivo, protocolado, ontem, aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre, peço a todos os vereadores que nos ajude a aprovar esse projeto de autorização para que a

Carris possa buscar o empréstimo de 40 milhões de reais. Com esse empréstimo de 40 milhões de reais, dado que nós estamos hoje num processo que a Carris atinge uma melhoria no seu superávit, Ver. Paulinho Motorista, esta autorização do Legislativo, V. Exa., que conhece bem a estrutura do transporte público, será para a compra de 87 ônibus para a cidade de Porto Alegre. Isso significará um aumento de 25% da frota de ônibus da Carris, que, certamente, vai qualificar, melhorar o sistema de transporte público da cidade de Porto Alegre, melhorando o atendimento para a população. Além de melhorar o atendimento à população, também será possível diminuir custos, porque, hoje, nós estamos com uma frota bastante antiga na nossa Companhia Carris e com isso a manutenção desses ônibus é bastante grande, gastando-se muito, Ver. Paulinho Motorista, com manutenção e, além disso, acaba o atendimento à população, uma das coisas principais, ficando comprometido pela quebra de ônibus, pelos ônibus que não chegam no horário porque estragaram, ou simplesmente não conseguiram sair da garagem. Então, o que nós estamos aqui pedindo aos vereadores é que aproveitem esse grande momento da Carris que volta a dar saldo positivo na sua operação, conseguindo estabelecer esse financiamento junto à Caixa, que depende da autorização dos vereadores. Então, queremos ver, se os vereadores concordarem, pois acho que é de interesse de todos e não somente dos da base, mas dos vereadores de situação e oposição, se a gente consegue isso. Quero falar aqui para o líder da oposição, Ver. Robaina, quero pedir ajuda do PSOL, do PT, Ver. Adeli Sell, para que a gente possa acelerar esse projeto de financiamento para a Carris para que se possa comprar ônibus novos para melhorar o atendimento da população. Então, já está no contrato a relação com a Caixa Econômica Federal pré-autorizada, dependendo apenas da autorização do Legislativo. Quanto mais rápido a Câmara der essa autorização, mais rápido teremos ônibus novos circulando pela cidade de Porto Alegre para o bom atendimento da população. Tenho certeza de que essa é uma proposta em que todos os vereadores, independente da sua relação política, nos ajudarão porque é para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Sessões Solenes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente Reginaldo Pujol, colegas, população, todos que nos acompanham na tarde de hoje. Eu pedi rapidamente para fazer um registro aqui, porque muito ouvimos, nos últimos dias, de vários lugares, questionamentos, até em programas de rádio, sobre a Campanha do Agasalho ter gasto R\$ 9 milhões. Nós tentamos achar aqui alguma justificativa para essa mentira descabida, absurda estar circulando. Então, nós gostaríamos de colocar à

disposição, agora, à tarde, aos que não tiveram acesso ainda, o relatório enviado pelo Gabinete de Comunicação Social, do Paço Municipal, sobre todas as campanhas de divulgação realizadas até hoje, tanto na parte da saúde, enfim, como várias campanhas que foram feitas com intuito óbvio de atender a população. Inclusive, agradeço o corpo técnico aqui, da Câmara, que está passando o relatório, onde que tem a Campanha do Detetive Cidadão, a Campanha da Dengue, várias campanhas publicitárias, mas a Campanha do Agasalho é gratuita. Então, por favor, vamos ter mais responsabilidade com que se diz, porque circula por aí essa informação sobre a Campanha do Agasalho, inclusive com requintes de crueldade, dizendo que com R\$ 9 milhões se vestiria todas as pessoas que precisam e que passam frio nesta cidade. Isso é algo descabido, ou demonstra uma ignorância completa sobre os fatos, ou uma leviandade absurda! Então, com toda a transparência, o Paço Municipal, o Gabinete de Comunicação Social está disponibilizando o relatório. Inclusive, agradecemos o coordenador-geral, Orestes, que enviou o material, o qual disponibilizaremos aos vereadores da Casa que quiserem ter acesso aos dados do que se gastou e do que tanto se economizou em comparação a todos os outros governos até hoje, do ponto de vista de divulgação.

Eu também não posso deixar de registrar aqui, após ouvir o que o Ver. Engº Comassetto, do PT, falou sobre o IMESF. Eu estou cansado de repetir aqui, Ver. Engº Comassetto. Se o senhor acha que tinha que ser feito assim ou assado, o senhor vença as eleições, seja prefeito e diga como o senhor quer fazer. Mas nós temos responsabilidade, não vamos propor algumas coisas que já foram declaradas inconstitucionais. E repito: vocês que estão aí e que foram atingidos pelos fechamentos das Unidades de Saúde, se atentem aos cartazes que foram colocados. Eu tive acesso a esses cartazes, alguns tinham lá na porta da unidade: “Unidade fechada, porque o prefeito Marchezan está demitindo os funcionários do IMESF, extinguindo o IMESF”. Isso é outra mentira cruel, deslavada, de política rasa, baixa aqui, que sempre utiliza a raiva das pessoas como ferramenta eleitoral. Tanto que agora, ontem, nos veículos de imprensa, os sindicatos disseram que eles determinaram a reabertura das Unidades de Saúde e que cessassem as manifestações. Ora, como é que, então, se diz que foi o prefeito que fechou, se os sindicatos na imprensa, ontem, disseram que mandaram reabrir? Então, investiguem mais, se informem mais, porque a população está cansada de populismo e de politicagem barata. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Quero saudar nosso Presidente em exercício, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde e todos que acompanham pelo canal 16. Eu creio que todos nós, à medida que percebemos a importância da reunião da Comissão de Saúde na segunda-feira, aqui neste plenário, em que constatamos que estavam aqui,

tanto no interior da Câmara como na parte externa, mais de 3 mil pessoas, está em jogo, sim, a legitimidade de um serviço público que, por sua vez – como disse aqui, há poucos minutos, meu nobre colega, Ver. Comassetto, e aqui falo em nome da oposição, do PT e PSOL -, de que nós temos, sim, que se preocupar com o universo dos cidadãos de Porto Alegre, à medida que o Superior Tribunal toma a decisão de extinção do IMESF. Se nós olharmos um pouquinho para trás, vamos perceber que, lá em 2007, foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta pelos órgãos de controle: Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas, Ministério Público do Trabalho. Lá preconizavam um acordo, e tem vigência o TAC – tem vigência o TAC. Não cumprindo esse TAC, o Município poderá sofrer algumas sanções que aqui vou discorrer.

Uma delas é multa: “O eventual inadimplemento de qualquer cláusula deste compromisso sujeitará o Município, solidariamente com o gestor municipal responsável, a um pagamento de uma multa de R\$ 1.000,00 por trabalhador encontrado em situação irregular ou não contratado nos moldes preconizados nos itens nº 2 e nº 4 deste TAC. A multa poderá ser substituída por obrigação alternativa, observadas as condições econômicas e responsáveis a critério do Ministério Público e signatários”.

O que está dizendo este TAC? Para os serviços públicos, isto é, serviços meio e fim, não pode o poder público terceirizar, somente para ações complementares, que poderá ser para segurança, limpeza e assim por diante. O governo não pode incorrer no mesmo erro que aconteceu com alguns governos anteriores. Por isso é salutar que nós, vereadores, possamos reforçar ao prefeito que o importante é o diálogo. Agora é o diálogo, sim, Ver. Moisés Barboza, que há pouco falou, também o Ver. Mauro, mas estava num outro tema. Nós precisamos fazer, sim, uma mediação com os órgãos de controle, com as entidades que aqui representam os trabalhadores, com a Câmara e o poder público, no caso o governo, para neste tempo trabalhar com uma ideia, pode ser emergencial, sim, mas que possa absorver todos os atuais trabalhadores e, num período curto, que pode levar até seis meses, constituir uma empresa pública de direito público, para ser uma serviço permanente, continuado, para não cair ali na frente no mesmo erro que, agora, infelizmente, acabou sendo julgado no Supremo. Esse é o grande desafio e a grande prerrogativa, como fez, Ver. Moisés, o próprio, o seu partido, ali em Novo Hamburgo, quando julgada a ação deles, mudou de lado e disse: “É importante reavaliarmos isso e construir uma alternativa permanente, sólida e segura para que ali na frente os órgãos de controle não digam, de novo, que é inconstitucional”. É nesse sentido que nós queremos aqui dialogar. Nenhum vereador, com certeza, vai concordar que parte desses servidores que hoje estão no IMESF sejam descartados como disseram aqui alguns na audiência pública. Nós precisamos da valorização do servidor e que o próprio prefeito mude o discurso. Ele não pode dizer, por exemplo, que alguns que tiveram...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** ...Para concluir, nós não podemos entrar no discurso do prefeito, quando ele diz que grande parte dos servidores que tiveram aqui estão marcados... Por favor, retire isso. Não diga que os servidores atuais do IMESF não deveriam tratar os cidadãos que vão buscar o atendimento na unidade de saúde como gado. Por favor, retire essa palavra. O senhor é um prefeito para todos os cidadãos de Porto Alegre. A sua generosidade, a sua alteza nesse cargo que ocupa é uma enorme responsabilidade que nós todos nos sentimos atingidos quando o senhor acaba vulgarizando e por isso não dá o entendimento de poder atender aos anseios da comunidade e dos servidores. Então, nesse sentido, nós queremos fazer um apelo: prefeito, abra o diálogo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara e nas galerias, é com prazer que eu venho aqui hoje comentar sobre a notícia boa ou menos ruim do lucro que tivemos na Carris no último mês. Esses mais de R\$ 120 mil reais de lucro, no mês, significam um resultado explícito de uma boa gestão sendo tocada pela Helen e sua equipe. É inegável, é difícil, na verdade, contrapor à narrativa de uma boa gestão quando os seus dados são tão claros. Agora, são R\$ 11 milhões acumulados em prejuízo desde o início do ano, Ver. Pablo. A Carris tem mais de R\$ 300 milhões em prejuízos acumulados ao longo dos últimos anos. Por mais que a Helen e sua excelente equipe façam um bom trabalho agora, ao pagador de impostos não é garantido que haverá boas gestões para sucedê-los, especialmente quando se pensa num horizonte de médio e longo prazo. O passado recente da Carris já nos mostra que existe um grande risco em permanecer com o pagador de impostos o ônus da má gestão e da interferência política em uma gestão de estatal. Na verdade, quando olhamos para as estatais brasileiras, à luz da legislação que as rege, fica inegável, ou é fato, dizer que é impossível, sob pena da lei, ter uma estatal tão eficiente quanto uma empresa privada, porque a estatal precisa contratar por concurso, precisa comprar por licitação, precisa seguir regras e engessamentos da gestão pública que uma empresa privada não precisa. Por isso fica muito difícil, por melhor que sejam os seus gestores, que a empresa consiga ter um mesmo aproveitamento de recursos e de investimentos. Me preocupa muito o encaminhamento de um financiamento de R\$ 40 milhões para aquisição de novos veículos sem que nós revisitemos o sistema de transporte público de Porto Alegre, onde temos uma série de regulamentações e regramentos que impedem um melhor aproveitamento de rotas, de horários, de uso dos veículos, de gestão das equipes, de gestão de manutenção inclusive. Fica muito difícil pensar que esses R\$ 40 milhões

serão bem aproveitados, se, por exemplo, tivermos eventualmente uma mudança de gestão que acarrete em ineficiência no próximo mandato, seja lá quem for o prefeito e de qual partido. E aqui não interessa qual o partido, ou quem serão os próximos gestores, interessa muito mais discutirmos se cabe à Prefeitura de Porto Alegre manter o risco ao pagador de impostos de que teremos novos prejuízos no futuro ou que por incompetência de uma próxima gestão, ou interferência política, sejamos todos nós, porto-alegrenses, chamados novamente a contribuir, como tem sido a realidade até então, com déficits atrás de déficits de milhões de reais, que superam inclusive o que Porto Alegre tem conseguido investir na cidade inteira.

Então eu parabenizo a gestão da presidente Helen e sua equipe, é de louvar esse resultado, mas me causa preocupação expandirmos a capacidade de endividamento, expandirmos a linha de recursos destinada a uma estatal, sendo que o nosso sistema de transporte público é sabidamente deficitário e problemático e não entrega um bom transporte para o nosso usuário. Ele é caro, tem perdido passageiros, ele é engessado. Temos um oligopólio regulado pelo Estado, através do regime de concessões, que não tem funcionado e que tem sido colocado à prova com os aplicativos de transporte e outros modais. Que bom, pois isso nos permite discutir esse modelo para melhor atendimento do cidadão. Mas eu não posso ser conivente com o aumento de endividamento, sem que a gente ajuste essas arestas. Para aqueles que falavam, lá no início do meu mandato, em 2017, quando eu falava que precisávamos privatizar a Carris, que não haveria quem tivesse interesse em comprá-la, pergunto, agora, com boa gestão começou a dar lucro, será que não existem empresários interessados numa operação lucrativa? Num sistema reformulado, será que não existe ainda mais interesse em fazer isso, com maior governança, com maior transparência e com regras mais modernas no nosso sistema de transporte? Eu acredito que sim. É esse o meu recado, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Quero registrar, com muita satisfação, a Visita Orientada, que faz com que tenhamos hoje presentes, no plenário da Câmara de Vereadores, 24 estudantes do Centro Social Marista Santa Isabel, acompanhados dos educadores Luís Miguel, Carlos e Guilherme.

Esta atividade faz parte do projeto de educação política que o Memorial e a Escola do Legislativo desta Casa desenvolvem junto às escolas de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul. Sejam todos muito bem-vindos. A Câmara tem alegria em recebê-los aqui.

Relembro que, amanhã, por iniciativa da Mesa Diretora, será realizado um período de Comunicações com tema específico alusivo aos cem anos da Filosofia Waldorf. Gostaríamos de registrar, com satisfação, esse fato e contamos com uma boa presença para prestigiar esse acontecimento.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação do Líder, pelo governo.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Ver. Reginaldo Pujol, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste; não poderia deixar de vir a esta tribuna quando há vários Vereadores, principalmente, de oposição, Ver. Cecchim, para falar do IMESF. Em primeiro lugar quero dizer que o IMESF já deixou de existir, na verdade, porque o acórdão já aconteceu no STF. A partir de agora, então, a Prefeitura Municipal deve receber, se ainda não recebeu nesses últimos minutos, nessas últimas horas o acórdão do STF. Com isso, o IMESF deixa de ter o seu CNPJ, que é a forma necessária para contratar os seus funcionários. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre vai cumprir a determinação do STF, que é um pedido dos sindicatos, que nós sabemos, que entraram em 2011 contra o IMESF. A partir daí o Município terá que tomar atitudes para não deixar de assistir à população de Porto Alegre. E a primeira delas, assim que for modificado, é dar o aviso prévio a todos os trabalhadores da Saúde, são 1.840, depois disso terá prazo, durante esse aviso, Ver. Ricardo Gomes, de buscar, de forma emergencial, uma entidade para que o serviço continue sendo prestado à cidade de Porto Alegre. A ideia é de um prazo de 6 meses para esse prazo emergencial para não desassistir a população. E a partir daí, sim, a saída que o Município de Porto Alegre pretende é buscar uma organização social, uma entidade filantrópica para prestar o serviço à cidade de Porto Alegre, através de uma contratualização, a exemplo de outros municípios, de outros estados que já o fazem. Por exemplo, Rio de Janeiro, Ver. Oliboni, já atua nesse sistema; no Estado do São Paulo, há várias cidades; em Florianópolis, há várias entidades que já prestam os serviços à população através de contratualizações. Qual a diferença da contratualização, para o senhor e para a senhora que estão nos assistindo, para o IMESF hoje? É que, ao invés de a Prefeitura Municipal de Porto Alegre fazer um concurso público para contratar pessoas da área da saúde para trabalhar de forma estatutária ou até mesmo celetista, como é o caso do IMESF, ela vai fazer um contrato, através de um chamamento público, com uma empresa, e essa empresa, sim, irá contratar os trabalhadores da saúde, que poderão ser, Ver. João Bosco Vaz, esses mesmos trabalhadores que hoje prestam serviço através do IMESF – eles poderão, sim, ser contratados por essa entidade. A diferença é que, contratados por uma empresa ou por uma organização social, terá mais agilidade na contratação. Dessa forma, a empresa que contrata poderá tanto admitir quanto demitir com mais facilidade; com isso, buscando profissionais que vão cumprir com o trabalho lá na ponta, dentro da comunidade. Uma das grandes vantagens dessas entidades filantrópicas é que, no pagamento dos impostos, elas têm uma redução de 27%, Ver. Aírto Ferronato, por serem entidades filantrópicas; e, com isso, têm um custo muito mais baixo do que as contratadas de forma celetista ou estatutária. Com mais agilidade, com menor custo, a Prefeitura, através da Secretaria de Saúde, pode fazer investimentos maiores e, dessa forma, ter mais médicos, ter mais atendimento, ter um atendimento mais qualificado até e com mais agilidade na cidade de Porto Alegre. Além disso, pode investir em novos postos de saúde com mais facilidade e mais agilidade por não precisar fazer através de licitação pública. Portanto, o senhor e a senhora que estão em casa, com certeza, terão um atendimento em saúde ainda melhor. Todos nós, vereadores, sabemos das dificuldades do atendimento da população lá na ponta – muitas vezes, falta médico,

falta estrutura – e nós queremos, sim, através da contratualização, melhorar esse serviço. Nós sabemos que o secretário Pablo tem feito um excelente trabalho, tem melhorado o atendimento, mas que essa melhora ainda não é o suficiente para o bom atendimento que o senhor e a senhora merecem na sua comunidade. Nós queremos, então, através dessa contratualização com entidades filantrópicas, organizações sociais buscar o melhor atendimento, qualificar ainda mais para que o senhor e a senhora que estão em casa possam ter um atendimento mais qualificado. Sabemos o quanto precisamos avançar e faremos, sim, mas, através de contratos e não, como propõe o Ver. Comassetto, através de concurso público e de forma estatal. Serviço público garantido, mas não estatal.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores, falo em tempo de liderança do meu partido, o PSOL, portanto represento os colegas Roberto Robaina e Karen Santos. Eu gostaria de iniciar a minha fala saudando a notícia de que a nossa tão querida empresa pública Carris teve lucro. Nós, do PSOL, defendemos a linha argumentativa de que o grande problema da Carris era falta de competência na gestão, na administração, desvio de recursos. E isso ficou muito evidente nas operações policiais feitas há pouco tempo, ou seja, o sangramento dos cofres da empresa causava seu grande prejuízo histórico. A justificativa da Prefeitura, de que, agora, que a empresa está em melhores condições, isso permite uma análise para a sua venda, nos envergonha. Porque, da mesma forma, em que é possível operar o transporte público sem prejuízo, e foi isso que o governo acabou de dizer, nós temos, do outro lado, a ATP – Associação dos Transportadores de Passageiros dizendo que tem prejuízo, que não dá lucro. Então, a Prefeitura faz um trabalho dentro da Carris, organiza as contas, organiza a casa para vender a empresa para grupos empresariais que têm relatos históricos de que sempre têm prejuízo. Alguma coisa está muito errada nesta linha discursiva. Eu não gosto de ser tratado como um idiota, mas é isso que os empresários de transporte público da nossa capital e a Prefeitura têm feito com o cidadão comum infelizmente. Então é bom que se pense. Se a nossa Carris, que é uma referência em termos de transporte, tem ótimos indicadores, tem ar condicionado e acessibilidade em maior proporção do que as empresas privadas, consegue dar lucro, é porque nós podemos ter muito melhor qualidade no transporte de Porto Alegre, já que pagamos uma das tarifas mais altas do Brasil.

Eu gostaria também de destacar nesta minha fala breve que nós estamos ouvindo a Prefeitura repetir bobagens. O Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, sobe a esta tribuna para colocar a nossa cidade mais uma vez em risco. A Prefeitura não tem noção das besteiras que está fazendo, e existem pessoas aqui defendendo essas linhas. Senhoras e senhores, vamos destacar novamente o que manifestou o Ver. Oliboni nesta

tribuna esta tarde. A Prefeitura, na figura do ex-secretário assassinado Eliseu Santos, assinou um TAC com o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal de que não terceirizaria os serviços de saúde, em especial, os nossos postos. Tem um TAC assinado. O TAC foi arquivado por causa da criação do IMESF. Agora que o IMESF foi, pelo Supremo Tribunal Federal, julgado ilegal e não deve mais existir, esta Casa Legislativa, através da assinatura de 19 vereadores, sugeriu à Prefeitura criar uma empresa pública para tratar desse tema e prestar o serviço à população, uma empresa pública. Isso mantém municipal o serviço de prestação de saúde na assistência familiar a nossa população. Se a Prefeitura incorrer em contratar uma O.S. para prestar esse serviço, vai estar descumprindo o TAC, e a multa é de mil reais por trabalhador contratado de forma irregular. Mil reais por trabalhador, são 1.800, isso vai abrir um rombo no caixa da nossa cidade. Se o Prefeito reclama que outros governos fizeram, ele está cavando uma cova muito grande para jogar a nossa cidade e a população de Porto Alegre. Portanto, fica mais uma vez o nosso alerta: não podemos ter gestão pública com tanta irresponsabilidade. Existem alternativas para garantir a prestação do serviço público, que antes era prestado pelo IMESF. Sugerimos, através de um projeto de indicação, a criação de uma empresa pública municipal, para prestação desse serviço. Isso mantém o serviço sendo oferecido pela Prefeitura, pela secretaria da saúde. A contratualização de uma OS é irresponsável, fere o Termo de Ajustamento de Conduta, e incorre a nossa cidade a pagamento de multa. Portanto, precisamos fazer este alerta e deixar bem cientes de que há alternativas, não esse brete em que o prefeito está metendo a nossa cidade. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente desta Casa, que dirige os nossos trabalhos no dia de hoje, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadores; público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, e nos ouve na RádioWeb. Hoje, o líder do governo nos traz a notícia, sobre a qual já tínhamos a convicção, de que em breve seria dada a população de Porto Alegre. A notícia é que a empresa pública de transporte do nosso Município, a Carris, a segunda empresa pública mais antiga do Brasil, atingiu a possibilidade de ter ganhos financeiros. As pessoas têm que entender, quando criam uma empresa pública, que ela deve trabalhar para a sociedade, que é criada para trazer benefícios para a sociedade, benefícios para a população, e o que vale, mesmo, é o seu patrimônio, o patrimônio de reconhecimento do povo. Pagamos tantos impostos para quê? Para nos orgulharmos de ter uma empresa pública que possa suprir as nossas necessidades, e, através do que pagamos de impostos, sim, ser subsidiada. Agora, o que mais me chama atenção, é que ninguém fala aqui que há uma década a ATP, as empresas de transporte de ônibus, no mínimo, desde que estou aqui na Câmara, posso dizer, em 2011, disse que só tem prejuízo. Vai lá e pede para o prefeito tirar o

direito das pessoas com deficiência, de ter a sua isenção; faz uma pressão no prefeito para manter a redução de impostos; faz uma pressão no Executivo para que tire o benefício das pessoas idosas; para que tire o direito ao passe dos estudantes, mas fazer o que fez a direção atual da Carris, que é gestão, que é cuidar do dinheiro público como se fosse o seu dinheiro, as empresas de transporte em Porto Alegre não fazem, acham que o seu lucro deve vir da retirada de direitos das pessoas. O seu lucro não tem que vir de uma boa gestão, seu lucro não tem que vir de uma gestão que possa obter lucros, porque se fala muito da Carris, mas não se fala do que a Carris faz, das linhas que a Carris tem, que as empresas não se interessam. As empresas têm interesse nessa marca, que é a segunda empresa pública mais antiga do Brasil, têm interesse no seu patrimônio e em meia dúzia de linhas, porque as transversalidades, as empresas privadas não vão querer fazer, não quiseram, a Carris que teve que assumir a gestão das transversais, de ligar a cidade de norte a sul, leste a oeste; a Carris que teve que assumir ter um sistema de ônibus circulando no centro da cidade de Porto Alegre; a Carris que teve que assumir ter linhas de ônibus onde as empresas não quiseram operar. E agora essas empresas descobrem que tirando o cobrador irá aumentar o seu lucro, mas não descobrem o caminho que a companhia Carris vem descobrindo nesse um ano e meio, dois anos em que a sua administração vem fazendo o que se espera de um administrador público, de todas as empresas públicas: uma gestão voltada ao benefício das pessoas e uma gestão que dê lucro – mesmo não sendo o seu papel dar lucro, que dê lucro que permita renovar sua frota de ônibus, permita fazer como as empresas que vão ao BNDES tirar empréstimo para renovar sua frota de ônibus.

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** ...Quero refirmar os parabéns à gestão da Carris, parabéns aos funcionários da Carris, porque sem eles isso não seria possível, e quero reafirmar às empresas de transporte de ônibus de Porto Alegre: sigam o exemplo da Carris, que, mesmo tendo a transversalidade, mesmo com as isenções no sistema de transporte, mesmo com a manutenção dos cobradores, com a dificuldade de compra de peças e uma séria de coisas que tem uma empresa pública, obteve lucro. Parabéns a toda direção da Carris e a seus funcionários, a uma empresa pública que dá lucro, que nós comprovamos que irai dar certo e a agora ela comprova que, com uma boa gestão, ela é uma empresa de futuro.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1262/18 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 116/18**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que institui a Política Municipal de Sustentabilidade Hidroviária de Porto Alegre nas dimensões cultural, ambiental, social e financeira, dispondo sobre o conjunto de objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos adotados pelo Poder Público Municipal, isoladamente ou em regime de cooperação com Governo Federal, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Consórcios Municipais, Municípios, Pessoas Jurídica de Direito Privado e Pessoas Físicas, com vistas a Orla do Guaíba. **Com Emenda nº 01.**

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0174/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 087/19**, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, que inclui a efeméride Dia Municipal da Sukyo Mahikari no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 27 de fevereiro.

**PROC. Nº 0442/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 022/19**, de autoria do Ver. Engº Comassetto e outros, que declara como Área Especial de Interesse Social I – AEIS I – a área que especifica, localizada na Vila Mato Sampaio, criando nova Subunidade e alterando os limites das Subunidades adjacentes.

**PROC. Nº 0243/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 013/19**, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que altera o *caput* do art. 42 da Lei Complementar nº 628, de 17 de agosto de 2009, e alterações posteriores, dispondo sobre a recondução dos conselheiros tutelares.

**PROC. Nº 0313/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 019/19**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que revoga o art. 15-A da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina dos tributos de competência do Município.

**PROC. Nº 0155/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 009/19**, de autoria do Ver. Adeli Sell, que altera a denominação do Capítulo I do Título VI e inclui arts. 17-A, 17-B, 17-C e 17-D na Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992 – que institui o Código de Edificações de Porto Alegre –, e alterações

posteriores, acrescentando normas para a ancoragem de equipamentos utilizados durante trabalhos em altura. **Com Emenda nº 01.**

**PROC. Nº 0182/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 092/19**, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky.

**PROC. Nº 0253/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 118/19**, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Doraci da Silva Theobald o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Dois – Loteamento Liberdade Mário Quintana –, localizado no Bairro Farrapos.

**PROC. Nº 0282/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 131/19**, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Ciro Ferreira Gomes.

**PROC. Nº 0294/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 135/19**, de autoria da Verª Lourdes Sprenger, que inclui a efeméride Semana Municipal de Adoção, Proteção e Bem-Estar dos Animais no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 4 de outubro.

**PROC. Nº 0342/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 162/19**, de autoria da Mesa Diretora, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao Coronel Mário Yukio Ikeda.

**PROC. Nº 0390/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 177/19**, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui a efeméride Data Comemorativa ao Dia do Caboclo Ogum das Matas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 22 de abril.

**PROC. Nº 0423/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 192/19**, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que altera o *caput* do art. 3º da Lei nº 5.548, de 28 de dezembro de 1984 – que consolida dispositivos relativos à instituição da passagem escolar no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, autorizando a Associação dos Estudantes do Rio Grande do Sul (AERGS) a confeccionar e distribuir a caderneta estudantil para a compra de passagens escolares.

**PROC. Nº 0290/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/19**, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede a Comenda Porto do Sol ao Grupo Alma Lusitana – Fado e Música Portuguesa.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h28min.)

\* \* \* \* \*